

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 25/Jun

DIÁESE



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3429 - Ano 2025

BAHIA

CONVOCAÇÃO GERAL

CONVIDAMOS TODOS OS VIGILANTES DE ITABUNA E REGIÃO PARA UM PRIMEIRO ENCONTRO DE ATUALIZAÇÃO SOBRE TEMAS DE INTERESSE DOS VIGILANTES.

Data

📅 28.06 SÁBADO

Horário

🕒 8h às 12h



CIEBTEC - AVENIDA PRES. KENNEDY, N° 09

Com a Presença de:

- JOSÉ BOAVENTURA - Presidente da CNTV -
Confederação Nacional dos Vigilantes
- PAULO BRITO - Presidente do Sindvigilantes/BA
- JURACI MENDES - Presidente do Sindvigilantes/Feira
- GERALDO CRUZ - Do Sindmetropolitano - Sindicato
Vigilantes de Camaçari



CNTV - SINDVIGILANTES/BA - SINDVIGILANTES/FEIRA - SINDMETROPOLITANO

PF assumirá atribuições relacionadas a CACs a partir de 1º de julho

Transição será feita de forma escalonada, com foco na continuidade dos serviços



A Polícia Federal assumirá, a partir de 1º de julho de 2025, as atribuições relacionadas ao registro, controle e fiscalização das atividades de colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs), conforme previsto no Acordo de Cooperação Técnica nº 9/2023/GM, de 18 de setembro de 2023, e no Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023.

A transição das competências, anteriormente sob responsabilidade do Comando do Exército, será realizada de forma escalonada pelas superintendências regionais.

Entre as atribuições que passam à Polícia Federal estão:

- Registro de pessoas físicas e jurídicas para o exercício das atividades de colecionamento, tiro desportivo e caça excepcional;
- Autorização para compra e transferência de armas;
- Fiscalização das atividades exercidas por CACs;
- Concessão de guias de tráfego;
- Fiscalização e controle do comércio varejista para pessoa física.

Como parte da estruturação da nova fase, está em desenvolvimento um painel de Business Intelligence (BI), que reunirá dados estatísticos sobre os processos relacionados aos CACs. A ferramenta permitirá maior transparência e facilitará o acesso a informações por parte da população e da imprensa.

FONTE: Coordenação-Geral de Comunicação Social da PF

Banco Central dificulta vida das famílias brasileiras com nova elevação de juros

Copom decide, pela sétima vez consecutiva, elevar taxa básica de juros do país, que vai à 15% ao ano



O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) anunciou, nesta quarta-feira (18), sua decisão de elevar a taxa básica de juros do país (a chamada Selic) em 0,25 ponto percentual. Com isso, o índice passou de 14,75% para 15% ao ano - maior patamar já praticado pela entidade desde maio de 2006. Com esse nível, o Brasil praticamente empata com a Rússia (um país que está em guerra desde fevereiro de 2022) na primeira colocação do ranking mundial de juros reais (a diferença entre a taxa Selic e a inflação projetada).

“Os juros altos desestimulam os investimentos e o consumo, cenário que impacta no mercado de trabalho. O Brasil estaria gerando muito mais vagas de emprego, de qualidade, com salários melhores, não fosse essa política monetária do Banco Central”, explicou a presidenta da

Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e vice-presidenta da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Juvandia Moreira.

O movimento sindical bancário vem alertando para os impactos das decisões do Copom sobre o aumento do endividamento da população, do Estado Brasileiro e das empresas, uma vez que a Selic influencia os juros cobrados em todo o sistema financeiro e nos títulos públicos, que têm sua rentabilidade atrelada à taxa básica de juros.

Famílias e Estados mais endividados

O ciclo mais recente de elevação gradual da taxa Selic começou em 2021, mas foi em setembro do ano passado que as elevações foram seguidas e aceleradas, iniciando com uma alta de 0,25 ponto, uma de 0,5 ponto, três de 1 ponto percentual, uma de 0,5 ponto e, agora, com 0,25 p.p.

Ao analisar esse quadro, o economista do Dieese, Gustavo Cavarzan, observou que houve um forte aumento dos juros cobrados, no período, pelo sistema financeiro. “Um exemplo são os juros cobrados à pessoa física (ou seja, para a população em geral), que passou de uma média de 36% ao ano, em 2021, para mais de 56% ao ano, em 2025”, completou.

O economista ainda aponta que, o aumento de 0,25 p.p. na Selic, decidido hoje pelo Copom, irá gerar um gasto anual adicional ao governo de R\$ 12,2 bilhões.

Mas que, nos últimos 12 meses (concluídos em abril de 2025) o governo gastou R\$ 928,4 bilhões com os juros da dívida - o equivalente a 7,71% do PIB.

“Esses quase R\$ 1 trilhão drenados da União para os juros com os títulos da dívida pública equivalem a mais de cinco vezes o orçamento para a Educação e mais de três vezes os recursos para a Saúde”, arremata o secretário de Assuntos Socioeconômicos da Contraf-CUT, Walcir Previtalo. “Por isso que a classe trabalhadora, organizada pelo movimento sindical, tem se manifestado reiteradamente contra a política de juros altos do Banco Central”, pontuou o dirigente.

Um jogo em favor da financeirização

Para justificar a Selic em níveis altíssimos, na decisão desta quarta-feira (18), o Comitê de Políticas Monetárias do Banco Central apontou o acirramento das tensões geopolíticas e as incertezas internas em relação à política fiscal, além do mercado interno aquecido.

Conversamos com Ladislau Dowbor, economista, professor titular de pós-graduação da PUC-SP e autor de “A Era do Capital Improdutivo”. Ele destacou que o Brasil é refém da financeirização, termo que define a influência do setor financeiro na economia, e que valoriza mais o capital em detrimento das atividades produtivas e dos ganhos reais para as famílias.

“Com isso, grande parte do dinheiro que as famílias e o setor produtivo obtêm, a partir do trabalho, é drenado por meio de taxas de juros cobradas no Brasil”, ressaltou. Segundo dados do próprio Banco Central, em fevereiro deste ano, a taxa média de juros para as famílias e empresas chegou a 43,7% ao ano. “Na Europa ou na China, a média anual da taxa de juros é algo entre 4% e 6%. Nenhuma família aguenta a prática dos níveis do sistema financeiro brasileiro. Por conta disso, temos cerca de 70 milhões de inadimplentes no país. São pessoas que já pagaram a conta, mas, em decorrência dos juros abusivos, a dívida é alongada. Isso é bandidagem do sistema financeiro”, reforçou o professor.

Ladislau calcula que esse sistema de drenagem retira das famílias brasileiras o equivalente a R\$ 1 trilhão (10% do PIB). “Das empresas, são drenados outros 3% do PIB e do Estado, cerca de 8% do PIB. Se considerarmos os ganhos com a isenção de impostos sobre lucros e dividendos, que não temos como calcular exatamente, mais a evasão fiscal, que representa cerca de 6% do PIB, por baixo, podemos dizer que o sistema da financeirização drena 25% do PIB, ou seja, um quarto de todos os esforços produtivos do país são captados por gente que não produz nada”, pontuou.

O economista registrou também que a maior parte desses recursos não são nem capturados por grandes grupos financeiros nacionais, mas sim por grupos internacionais, que formam o sistema global, como Black Rock, States Street, Vanguard, JPMorgan e Goldman Sachs. “Esse é o tamanho do desafio hoje: que o dinheiro volte a ser útil e alimente o processo produtivo”, concluiu.

Autonomia do BC em xeque

“Nesta pequena aula do professor Ladislau Dowbor fica claro que estamos diante de uma batalha. De que lado o Banco Central está? Diante dessas decisões do Copom, não é do lado das famílias, do setor produtivo, do país! O que nos exigimos é que a entidade monetária cumpra sua responsabilidade para como o povo brasileiro. Porque o que realmente temos não é autonomia alguma do Banco Central, uma vez que, em todas as suas decisões, os únicos beneficiados são grandes grupos econômicos que drenam dinheiro do trabalhador, do setor produtivo”, destacou Juvandia Moreira. “Já se perguntou por que, no Brasil, a gente compra um carro, mas paga dois para os bancos, em taxas de juros? Isso é reflexo dessa política monetária”, pontuou a presidenta da Contraf-CUT.

FONTE: CUT - Escrito por: Lilian Milena / Contraf-CUT

STF forma maioria sobre validade de decreto de Lula que limita armas

Decreto de Lula foi assinado no primeiro dia de governo e tornou nulas decisões tomadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro



Fachin, Dias Toffoli, Nunes Marques, André Mendonça, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux.

O texto do Decreto Nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023, “suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares, restringe os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, suspende a concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro, suspende a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores, e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003”.

No relatório em quem deliberou sobre o tema, o ministro Gilmar Mendes sustentou que o decreto é “formalmente constitucional” e que ele não “não viola as garantias constitucionais”. No relatório, Mendes explica que a decisão foi tomada após verificação de um parecer da Procuradoria Geral da República (PGR) e de informações específicas prestadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e pelo Comando do Exército.

O decreto que restringiu o acesso a armas e munições foi assinado por Lula, mas também teve a co-autoria do então ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, que hoje integra o STF. A votação no Plenário Virtual segue até as 23h59 desta terça.

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria nesta terça-feira (24/6) para manter a validade de decretos assinados pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que restringem o acesso a armas e a munições. As medidas foram tomadas logo no primeiro dia de mandato de Lula, em 1º de janeiro de 2023. A flexibilização no acesso às armas havia sido feita pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O caso está em análise no STF por meio da ação declaratória de constitucionalidade (ADC) nº 85 no Plenário Virtual da Corte. Até o momento, votaram pela validade das medidas tomadas por Lula o relator do caso, ministro Gilmar Mendes, e os colegas de Corte: Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia, Edson

FONTE: METROPOLES - Deivid Souza

Proposta patronal vai fazer aposentadoria virar esmola, diz secretário da CUT

Para ajustar as contas públicas entidades patronais querem desvincular o salário mínimo da Previdência Social. Economista da Unicamp diz que proposta de empresários é para terem mão de obra barata



A elite econômica do país volta a pressionar pelo empobrecimento da população para evitar que os ricos e os super-ricos paguem mais impostos, e que seja feito o ajuste das contas públicas a partir da premissa de quem ganha mais paga mais e quem ganha menos paga menos.

Desta vez, entidades patronais vêm defendendo a desvinculação do salário mínimo das aposentadorias e de benefícios sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o abono salarial, o seguro desemprego, e que os novos beneficiários do BPC passem a receber valor equivalente ao pago pelo Bolsa Família.

Para o secretário de Pessoas Aposentadas, Pensionistas e Idosas da CUT Nacional, Ari Aloraldo do Nascimento essa proposta fará com que os valores pagos a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) se transformem em esmola.

É importante que as pessoas entendam essa desvinculação da previdência. Sem ganho real a aposentadoria vai virar uma esmola, vai deteriorar cada vez mais o poder de compra-

Ari Aloraldo do Nascimento

Hoje quem ganha um salário mínimo de aposentadoria tem direito à correção do valor

pela inflação mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de acordo com a Política de Valorização do Salário Mínimo, e desvincular esse reajuste da previdência social, reduzirá o que é pago.

O impacto dessa redução nas aposentadorias será imenso no bolso de milhões de brasileiros. Esse direito a quem trabalhou por décadas é responsável pelo sustento de 5 milhões de pessoas, sendo que 34% dos domicílios brasileiros necessitam de 70% da renda dos idosos para pagar as contas do mês.

De olho no Congresso

O secretário da CUT alerta que o momento é difícil porque temos um Congresso formado em sua maioria pela direita e extrema direita, que não está preocupado com os assalariados, os aposentados e quem depende de política pública. A única preocupação deles é com o 1% mais rico da população.

“A CUT e as demais centrais são totalmente contrárias à essa proposta. Vamos fazer um diálogo, mas sem deixar de fazer o enfrentamento e articular uma reação no Congresso. Vamos expor de forma objetiva para os aposentados quem são os deputados e senadores que se voltam contra os mais pobres e não querem que os ricos paguem impostos. Queremos deixar de forma objetiva para que as pessoas possam identificar de que lado está cada parlamentar”, afirma Ari Aloraldo.

A economista e pesquisadora da Unicamp, Marilane Teixeira conta que a proposta de reduzir benefícios e salários sempre volta à tona porque não interessa aos empresários que os mais pobres possam escolher seus empregos.

Os empresários querem mão de obra barata e a desculpa deles de que não conseguem contratar é a de que há muitos benefícios sociais. Eles nunca reconhecerão que pagam pouco e querem explorar os mais pobres-
Marilane Teixeira

A economista cita como exemplo o caso recente do “rei do ovo” que afirmou que o Bolsa Família impediu que trabalhadores procurassem emprego. Mas dados do governo federal mostram que 1,2 milhão de beneficiários do programa entraram no mercado de trabalho em 2024.

O que o empresário Ricardo Faria, o “rei do ovo”, no entanto, não disse na sua entrevista ao jornal Folha de São Paulo, é que ele recorreu a financiamento público para construir seu império e se tornar um dos homens mais ricos do país. Entre 2007 e 2024, o bilionário conseguiu pelo menos 71 empréstimos, que totalizam R\$ 132 milhões em valores atualizados, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de acordo com levantamento feito pelo colunista Tácio Lorrان do site Metrôpoles.

“Esses empresários não querem pagar imposto de renda, nem melhorar os salários. Então, é muito comum esse tipo de proposta para forçar os pobres a aceitarem qualquer tipo de trabalho”, reforça Marilane.

A proposta das entidades patronais

As propostas assinadas pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras (Fin, ex-CNF), pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT) e pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) foram entregues recentemente ao presidente Lula, que por

diversas vezes já rechaçou que não tomará tal medida, mas a população deve ficar alerta porque o Congresso Nacional, composto em sua maioria por empresários, opositores ao governo federal, vem “segurando” a votação das propostas de taxar os mais ricos e isentar quem tem renda de até R\$ 5 mil de pagar imposto de renda. Para parte do Congresso é mais fácil tirar dos pobres e dos aposentados, aumentando a desigualdade social. Mesmo que Lula vete, deputados e senadores podem derrubar o veto e a proposta se tornar lei.

Sobre as aposentadorias

Dados do governo federal do ano passado mostram que o sistema previdenciário brasileiro é o maior de todos os programas sociais do país e injeta mais de R\$ 70 bilhões na nossa economia. Atualmente, existem 23.034.648 trabalhadores aposentados e aposentadas no Brasil. Desse total, 11.238.991 são homens e 11.795.657 são mulheres. Quase 70% dos municípios brasileiros dependem dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Segundo o último Boletim da Previdência Social de 2024, o valor médio do benefício é de R\$ 1.847,13. Sendo que em áreas urbanas o montante médio é de R\$ 1.930,15 e, nas rurais, R\$ 1.413,68.

Contas públicas

O governo recolhe impostos, taxas e contribuições para pagar a prestação de serviços à população. Ele também financia suas atividades levantando dinheiro com a venda de títulos públicos. As contabilidades dessas operações são feitas mensalmente e totalizadas em dois indicadores: o “resultado primário” e o “resultado nominal.”

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

O resultado primário indica o saldo entre os valores arrecadados e os valores gastos. Quando há mais arrecadação do que gasto, há superávit primário. Quando há mais gasto do que arrecadação, há déficit primário.

O termo “primário” significa que o resultado não contabiliza outros valores, por exemplo aqueles que o governo desembolsou pagando juros ou resgates de títulos emitidos da dívida pública federal, e nem aquilo que arrecadou com a venda de novos títulos no mercado financeiro, dentro e fora do Brasil, junto a bancos, fundos de pensão, empresas e até pessoas físicas.

O indicador que faz essa contabilidade é o “resultado nominal”, que em síntese é a diferença, em determinado período, entre as receitas totais (arrecadação mais aplicações financeiras) e as despesas totais (gastos mais despesas com juros). Os resultados nominais acumulados são totalizados no estoque da dívida pública.

No acumulado deste ano, o setor público consolidado registra superávit primário de R\$ 102,860 bilhões. Em 12 meses - encerrados em abril - as contas acumulam um pequeno resultado negativo de R\$ 6,012 bilhões, o que corresponde a 0,05% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país).

Em 2024, as contas públicas fecharam o ano com déficit primário de R\$ 47,553 bilhões, 0,4% do PIB. (Informações da Agência Brasil)

FONTE: CUT - Rosely Rocha

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF